

## **Reputação Nacional e Internacional ou Engajamento Regional: O Papel das Instituições de Ensino Superior no Processo de Desenvolvimento Regional**

### **Autores:**

#### **▪ Maurício Serra**

- Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (PPGDE/UFPR). Endereço: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Economia, Av. Prefeito Lothário Meissner 632, Jardim Botânico, Paraná, Brasil, 80210-170. Tel: (41) 3360-4434. E-mail: [serra@ufpr.br](mailto:serra@ufpr.br).

#### **▪ Cássio Rolim**

- Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (PPGDE/UFPR). Endereço: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Economia, Av. Prefeito Lothário Meissner 632, Jardim Botânico, Paraná, Brasil, 80210-170. Tel: (41) 3360-4460. E-mail: [cassio.rolim@ufpr.br](mailto:cassio.rolim@ufpr.br).

### **Resumo**

As universidades sempre contribuíram para o Desenvolvimento dos países e a ênfase era na reputação nacional e internacional, o que significa que a busca pelo conhecimento estava desconectada do ambiente regional. Na realidade, a preocupação com a contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) para o desenvolvimento regional é relativamente recente e deriva de um intenso processo de globalização e localização e, ao mesmo tempo, de uma nova maneira de se olhar a competitividade das regiões e os sistemas regionais de inovação. Neste sentido, o ambiente local tornou-se essencial na determinação das decisões locais das empresas na medida em que a disponibilidade de conhecimentos e habilidades locais são tão relevantes quanto a infraestrutura física, sendo as universidades regionalmente engajadas não somente um fator locacional decisivo, como também uma importante ferramenta para o desenvolvimento regional. Neste sentido, o engajamento das universidades com outros atores regionais é esperado com o propósito de fornecer respostas às necessidades regionais, o que inclui dois aspectos importantes: a oferta de educação contínua e a criação de empregos intensivos em conhecimento que permitirão que os estudantes de pós-graduação encontrem empregos locais e permaneçam em suas regiões. O principal objetivo deste artigo é analisar os esforços cooperativos entre as IES da região norte do Paraná, que está localizado no sul do Brasil, e seus parceiros regionais na busca do desenvolvimento regional.

## Abstract

Universities have always contributed to the development of countries and the emphasis was on a national and international reputation, which means that the quest for knowledge was disconnected from regional environment. In fact, the concern with the Higher Education Institutions (HEIs) contribution to regional development is relatively recent and derives from an intense globalization and localization process and, at the same time, from a new way of looking at the competitiveness of regions and at regional innovation systems. In this regard, the local environment became essential for determining the locational decision of enterprises insofar as the local availability of knowledge and skills is as fundamental as physical infrastructure, being regionally engaged universities not only a key locational factor, but also an important tool for regional development. Thus, the engagement of universities with others regional actors is expected in order to provide responses to regional needs, which includes two important aspects: the provision of lifelong learning and the creation of knowledge-intensive employments that will allow graduates to find local jobs and remain in their regions. The main objective of this article is to analyse the cooperative efforts between HEIs in the northern Parana region, southern Brazil, and their regional partners in the pursuit of regional development.

## Introdução

Há uma estreita ligação entre educação e desenvolvimento, a qual é plenamente endossada pela literatura econômica que mostra ser a educação um fator de extrema relevância para se alavancar o desenvolvimento de um país. Esta concepção tem suas raízes em Adam Smith (1776), que salientava no seu livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, que a acumulação de conhecimento de um trabalhador era uma espécie de instrumento que servia para aumentar a sua produtividade, sendo este conhecimento uma espécie de capital. Quase dois séculos depois, a educação passou a ser concebida como capital humano e a concepção de sua importância para o processo de desenvolvimento se transformou, principalmente através de trabalhos seminais de economistas como Schultz (1961; 1963; 1971), Becker (1964) e Mincer (1958), na teoria do capital humano.

A teoria do capital humano veio para solidificar a visão de que é imperativo não só uma contínua atenção, como também o provimento dos recursos indispensáveis para que a educação possa se desenvolver progressivamente e gerar os frutos esperados. A consequência natural dessa ampla aceitação foi a considerável expansão no mundo, tanto em termos numéricos quanto em variedade de tipos, de instituições de ensino superior nas últimas décadas do século passado, fato este acompanhado por uma

crescente interdependência e competição de uma economia mundial cada vez mais baseada no conhecimento e na inovação.

Neste contexto, novos e distintos desafios são gerados, tais como os impactos causados por uma crescente internacionalização do ensino superior, o questionamento acerca da importância de se ter universidades de pesquisa nos países em desenvolvimento, as novas tecnologias e as decorrentes mudanças no ensino e na pesquisa, a necessidade de se repensar a missão das universidades para este começo de século XXI (os modelos napoleônico e humboldtiano têm sido cada vez mais questionados em face das novas e urgentes necessidades das sociedades), as novas formas de governança das instituições de ensino superior, as recentes possibilidades de financiamento para a educação superior e a interação entre universidades e comunidades. Os desafios, como se pode notar, são inúmeros e consideráveis e dentre eles o do engajamento regional das universidades assume um papel extremamente relevante.

A contribuição das universidades para o desenvolvimento de um país é inequívoca. Entretanto, é relativamente recente a preocupação com o papel que elas desempenham no desenvolvimento das regiões em que estão inseridas (OECD, 1999; 2007; Goddard, 1998; 2005; Atkins, Dersley & Tomlin, 1999; Holm-Nielsen, Thorn, Brunner & Balán, 2005). Esta preocupação deriva de pressões de uma economia mundial cada vez mais globalizada em que o ambiente regional/local é tão importante quanto a situação macroeconômica nacional na determinação da habilidade das empresas em competir numa economia global (OECD, 1999; 2007). Dentro desse contexto, a disponibilidade regional/local de conhecimentos e capacidades passa a ter o mesmo grau de importância que a infra-estrutura física, o que pode fazer das universidades regionalmente engajadas um elemento-chave no processo de desenvolvimento econômico.

O engajamento regional das instituições de ensino superior significa, em última instância, o compromisso efetivo destas com o desenvolvimento econômico, social e cultural de suas próprias regiões. Entretanto, a concretização desse engajamento regional enfrenta os mais variados obstáculos, que vão desde a adequação do ensino e da pesquisa às demandas do mercado de trabalho local até as incompreensões entre os agentes regionais/locais e as instituições de ensino superior, sendo que este último obstáculo está intrinsecamente relacionado aos seus compromissos incompatíveis e mesmo à políticas públicas difusas.

O Paraná está localizado na região sul do Brasil, tem uma área de 199.554 km<sup>2</sup> e seu PIB equivale a 6% do PIB brasileiro. A sua população, estimada em 9.563.458 habitantes, está concentrada predominantemente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que tem na capital do estado, a cidade de Curitiba, o seu principal pólo urbano. Embora tenha um setor agrícola extremamente dinâmico, e por isso a sua caracterização como um estado eminentemente agrícola, o Paraná, a partir dos anos setenta, iniciou o seu processo de industrialização, cuja pujança está localizada principalmente na RMC com a instalação do pólo automobilístico, responsável por um considerável aporte de investimentos privados na região. Neste sentido, há no Paraná de hoje a coexistência de dois grandes espaços econômicos: o do agronegócio e o do urbano-industrial (Rolim, 1996).

A região norte do Paraná, objeto de estudo do presente artigo, apresenta, em termos nacionais, um elevado padrão de vida, é a segunda região mais importante do estado e que tem em Londrina e Maringá as suas principais cidades, as quais hospedam as duas principais universidades estaduais do Paraná: a UEL (Universidade Estadual de Londrina) e a UEM (Universidade Estadual de Maringá). Embora os indicadores socioeconômicos se mostrem positivos, a região vem, desde os anos setenta, perdendo sua posição relativa na economia do estado. Por outro lado, a economia regional continua a dar mostra de que tem um considerável potencial para crescer a uma taxa maior do que a economia estadual ou mesmo a nacional, principalmente nas áreas de biotecnologia, bioenergia, bens de consumo e na produção de alimentos agroindustriais. A real possibilidade de que a região volte a ter o vigor do passado indica claramente que as instituições de ensino superior podem vir a ter um papel de extrema relevância no processo de desenvolvimento regional.

O objetivo desse artigo é analisar as contribuições das instituições de ensino superior para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região norte do Paraná. Para tanto, o artigo está estruturado em sete seções, além dessa introdução. A primeira seção aborda a relação entre universidades e desenvolvimento regional. A segunda seção apresenta um breve panorama das características socioeconômicas e do ensino superior da região norte do Paraná. Na terceira seção o foco de análise é o papel da inovação no processo de desenvolvimento regional, sendo importante a compreensão das possíveis respostas que as instituições de ensino superior da região dão as necessidades de inovação regional. A quarta seção objetiva examinar a contribuição do ensino e da pesquisa para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento das capacidades

regionais. A contribuição das instituições de ensino superior para o desenvolvimento social, cultural e ambiental da região norte paranaense é o objeto da quinta seção. Já na sexta seção, a análise está centrada na construção de capacidades para a cooperação entre ensino superior e a região norte do Paraná, sendo as considerações finais tecidas na sétima e última seção.

## **1. Universidades e Desenvolvimento Regional**

O papel das universidades no processo de desenvolvimento regional vem recebendo uma atenção crescente nos últimos anos e está sendo considerado como um elemento-chave deste processo. Nas últimas décadas, em função da compreensão de que as inovações têm um papel relevante no desenvolvimento econômico dos países houve uma preocupação crescente com os condicionantes dessas inovações, sendo esta a motivação para uma extensa literatura sobre o que é chamado de Sistema Nacional de Inovações, Economia do Conhecimento, etc. Em paralelo ocorreu um debate renovador sobre o desenvolvimento das regiões. A moderna concepção considera que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento congregando os seus diferentes atores, fazendo parte desse projeto, na sua vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade.

O encontro dessas duas vertentes dá origem ao conceito de Sistema Regional de Inovação. As primeiras referências ao termo surgiram no início dos anos noventa e o referencial teórico para este conceito pode ser encontrado principalmente nos trabalhos de Cooke (1997; 1998a; 1998b).

Segundo Cooke e Morgan (1998, p. 71), “as regiões que possuem o conjunto ideal de organizações para a inovação inseridas em um meio institucional adequado (Johnson and Gregersen, 1996; Maillat, 1995) onde ligações sistêmicas e comunicação interativa entre os atores da inovação é um fato normal, enquadram-se na designação de sistema regional de inovação. A expectativa é que esse conjunto de organizações seja constituído de universidades, laboratórios de pesquisa básica, laboratórios de pesquisa aplicada, agências de transferência de tecnologia, organizações regionais de governança, públicas e privadas, (p.ex., associações comerciais, câmeras de comércio), organizações de treinamento vocacional, bancos, empresários dispostos a desenvolver novos produtos em parcerias de risco, pequenas e grandes empresas interagindo. Além disso essas

organizações devem demonstrar vínculos sistêmicos através de programas em comum, participação conjunta em pesquisa, fluxos de informações e pelo estabelecimento de linhas de ação política pelas organizações de governança. Esses são sistemas que combinam aprendizado com capacidade de inovação, “upstream” e “downstream”, e que merecem, portanto, a designação de sistemas regionais de inovação.”

Nestas palavras proferidas por Cooke e Morgan, pode-se ver a existência de vários subsistemas correlatos na constituição de um Sistema Regional de Inovação. Entre os mais importantes, encontram-se os subsistemas financeiros e de aprendizado e um outro subsistema, relacionado a cultura voltada para a produção. Sem o primeiro, as possibilidades de inovação ficam muito reduzidas, particularmente para estruturas regionais em que predominam as pequenas e médias empresas. O sistema de aprendizado é fundamental, uma vez que as restrições ao seu funcionamento significam restrições de acesso ao conhecimento acumulado e, portanto, a anulação da possibilidade de gerar algum tipo de inovação (Cooke, Uranga & Etxebarria, 1997). Finalmente, a cultura produtiva, que significa o grau de envolvimento local com as atividades que se desenrolam na região, está relacionada ao ambiente e às atitudes voltadas para essas atividades e, portanto, decorrem da existência de uma mentalidade empresarial e de uma cultura técnica inerente aos habitantes da região, que é advinda da transmissão de conhecimentos e saberes, passados de pai para filho. Isso pode ser expresso pelos conceitos de *milieu* e *milieu inovateur* desenvolvidos no âmbito do GREMI - Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs (Maillat, 1994).

Essa literatura acentua as particularidades dos sistemas regionais de aprendizado, integrante de um sistema regional de inovação porque o aprendizado é o ponto de partida para a inovação. De fato, o aprendizado significa uma mudança na capacitação de uma pessoa ou de uma organização, isso porque esse aprendizado é concebido não só como um acréscimo de informações, mas também, e numa perspectiva piagetiana, como um processo de interação entre o que se sabe sobre uma determinada situação e o que se pode perceber como novo nessa situação.

Nesse sentido, é perfeitamente possível distinguir, em termos de formação do conhecimento, dois níveis de aprendizado: o primeiro seria aquele que fornece a competência (habilidade para realizar uma tarefa específica) e o segundo aquele que provê a capacitação (compreensão dos mecanismos subjacentes à solução do problema envolvido na tarefa). Na medida em que esse sistema regional de aprendizado interaja, formal ou informalmente, com universidades, institutos de pesquisa, agências de

treinamento vocacional, transferência de tecnologia, parques tecnológicos, e também com as empresas em geral, ele tende a se transformar em um Sistema Regional de Informação (Cooke e Morgan, 1998).

É dentro dessa perspectiva que se insere a adequação das universidades para desempenhar um papel determinante no processo de desenvolvimento regional, sendo possível distinguir duas trajetórias claras: a universidade que está na região e a que é da região. Na primeira, a universidade simplesmente se localiza na região, se caracteriza por um reduzido número de vínculos e compromissos com a região e com o seu desenvolvimento e o produto do seu trabalho está direcionado para o contexto nacional e/ou internacional. Já na segunda trajetória, a universidade demonstra ter um forte impacto no processo de desenvolvimento regional, estabelece vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e o produto do seu trabalho, além de ter como referência a qualidade acadêmica universal, está voltado para a superação das questões da região. Essa distinção entre ser e estar na região faz toda a diferença para o desenvolvimento regional.

## **2. O Paraná e a sua Região Norte: Um Breve Panorama**

O Paraná está localizado na região sul do país e faz fronteira não só com os estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, como também com dois países: Paraguai e Argentina. A sua extensão territorial é de 199.554 km<sup>2</sup>, o que equivale a 2/3 do tamanho da Itália ou 2,35% do território brasileiro, sendo que seu PIB corresponde aproximadamente a 6% do PIB brasileiro. A sua população, estimada em 9.563.458 habitantes, o que representa 5,45% da população brasileira, está majoritariamente concentrada na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), cujo principal pólo urbano é a cidade de Curitiba, a capital do Paraná. Em função da considerável afluência de investimentos privados, capitaneados pela indústria automobilística, o PIB da RMC cresceu a taxas elevadas ao longo da última década e atualmente representa cerca de 38% do PIB paranaense.

Cada estado da federação está dividido em mesorregiões geográficas, divisão esta que foi realizada pelo IBGE com propósitos estritamente analíticos. No caso do Paraná, existem dez mesorregiões, sendo a Mesorregião Norte Central a segunda mais importante do estado, ficando atrás somente da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, que abriga quase um terço da população e, ao mesmo tempo, gera praticamente a

metade do valor adicionado fiscal do estado. O Norte Central é composto de 79 municípios, concentra uma população de mais de três milhões de habitantes e está localizada em um raio de 120 km que liga as duas maiores cidades, depois de Curitiba, do Paraná: Londrina e Maringá, que abrigam respectivamente as duas principais universidades estaduais, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Pode-se dizer que o Norte Central é uma região em desenvolvimento na medida em que 75% do total da sua população reside em municípios com IDH-M acima da média nacional e mesmo acima dos valores da região sul (PNUD, 2003). Esse é particularmente o caso de Londrina e Maringá, não por acaso sede das duas maiores universidades estaduais paranaenses. Apesar do IDH-M apresentar algumas distorções, ele é um razoável indicador das condições de vida da população. É possível inferir que nessa região as condições de vida da comunidade são bem superiores às da maioria das mesorregiões paranaenses.

Apesar do seu destaque no âmbito estadual, o Norte Central vem perdendo importância relativa na economia paranaense, uma vez que esta região, nos anos setenta, chegou a possuir mais de 25% do total do valor adicionado do Paraná e atualmente possui apenas 15%. A razão desta perda de importância reside nas altas taxas de crescimento industrial da RMC, que emergiu como um importante locus do processo de descentralização da industrialização brasileira<sup>1</sup>. Contudo, em termos absolutos, e devido a forte expansão da sua produtividade agrícola, o Norte Central vêm apresentando bons níveis de desenvolvimento econômico nos últimos anos, ainda que o dinamismo do passado tenha se arrefecido um pouco.

O Norte Central foi colonizado e desenvolvido por intermédio da cafeicultura. As condições climáticas adversas provocaram uma grande quebra da safra de café em meados dos anos setenta, fazendo com que as plantações de café quase desaparecessem da região. A substituição por outras culturas agrícolas, principalmente a soja, e pela pecuária tornou o Norte Central um dos mais importantes pólos agrícolas do Brasil. A região, sobretudo o eixo Londrina-Maringá, apresenta uma notável tradição de organização em grandes cooperativas agrícolas e, ao mesmo tempo, tem a segunda maior concentração industrial do Paraná. Essas indústrias estão intrinsecamente relacionadas ao agronegócio e aos mercados urbanos, sendo predominantes as

---

<sup>1</sup> Quase 65% do valor adicionado fiscal pelo setor industrial paranaense é gerado pela RMC, ao passo que a região do Norte Central contribui com 11,6%.



atividades ligadas aos segmentos moveleiro, têxtil, alimentício, plástico e mecânico, entre outros. Um aspecto importante de ser ressaltado é o fato do setor de serviços estar se tornando o principal setor do eixo Londrina-Maringá, dada a sua crescente urbanização.

Em função do potencial desta região para crescer mais aceleradamente do que as demais regiões paranaenses, o SENAI/FIEP<sup>2</sup> encomendou a agência espanhola OPTI<sup>3</sup> (2005) um estudo objetivando identificar os setores e as áreas tecnológicas mais promissores para o Paraná até 2015. Em relação ao Paraná, os principais setores e áreas são: biotecnologia aplicada aos setores agrícola e florestal; bioenergia (etanol e biodiesel); bens de consumo com design inovador e tecnologia de produção; produção de alimentos agroindustriais com inovações nos processos de conservação e acondicionamento, e de produtos alimentícios funcionais; e biotecnologia aplicada aos produtos e serviços para saúde.

No que tange ao norte do Paraná, o estudo sublinha que o desenvolvimento desta região deveria estar centrado em três áreas estratégicas: o desenvolvimento da biotecnologia no que se refere às aplicações na soja e em produtos de agroenergia; a criação de um Centro Tecnológico para a agroindústria de produtos alimentícios; e a modernização tecnológica das indústrias de móveis e vestuário.

A existência de um cenário promissor para a economia do norte paranaense revela que o seu desenvolvimento não pode ser realizado sem a participação efetiva das IES. A questão, de fato, é o papel que elas desempenharão nas estratégias de desenvolvimento regional. Este papel pode ter uma dupla dimensão. A primeira delas se refere ao fato das IES desta região serem atores regionais principais e insubstituíveis, posto que todos os objetivos propostos para o futuro da região, e do Paraná, incluem atividades que são intensas em conhecimento científico e tecnológico, o que é uma parte essencial das responsabilidades institucionais das IES. Estas estratégias de desenvolvimento não podem ser implementadas sem uma ação forte e permanente por parte das IES da região. A segunda está relacionada ao fato de que Maringá e Londrina, as duas principais cidades da região, estejam em franco processo de transformação, ou seja, estão deixando de ser metrópoles regionais e se convertendo em cidades de tamanho médio, de importância nacional na hierarquia dos centros urbanos brasileiros.

---

<sup>2</sup> SENAI/FIEP – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

<sup>3</sup> OPTI – Observatório de Prospectiva Tecnológica Industrial.

Na realidade, esta transformação está assentada em dois fatores principais: Maringá e Londrina estão sendo incluídas constantemente na lista das cidades que apresentam as mais favoráveis condições de localização para a distribuição espacial das atividades no novo ciclo de expansão da economia brasileira nas próximas duas décadas; e apesar da importância do agronegócio e das indústrias não-pesadas para as perspectivas econômicas regionais futuras, as atividades no setor de serviços têm emergido com muita intensidade e de maneira sustentada na estrutura econômica de ambas as cidades. Este processo realçará a importância dos serviços de alta tecnologia, em que as IES têm um papel relevante a desempenhar.

## **2.1 A Educação Superior na Região Norte do Paraná**

O sistema estadual de ensino superior do Paraná, em 2003, era constituído por 151 IES, das quais 22 eram públicas e 129 privadas. Esses números são significativos e sua importância pode ser melhor percebida quando situada dentro de um contexto mais amplo. Neste sentido, o Paraná detém praticamente 50% do total das IES da região sul do país, sendo que este percentual chega a ser ainda mais expressivo quando se trata especificamente das instituições públicas, uma vez que 61,11% delas estão situadas em território paranaense (INEP, 2005).

Embora existam algumas faculdades privadas na região norte do estado do Paraná, são as duas universidades estaduais, UEL (Universidade Estadual de Londrina) e UEM (Universidade Estadual de Maringá), que exercem uma influência significativa, além de uma maior integração com a região.

A importância de ambas no contexto das instituições estaduais de ensino superior do Paraná pode ser verificada na Tabela 1. De fato, a UEL e a UEM, juntas, são responsáveis por 36,7% do número de cursos oferecidos na graduação; por 79,3% dos cursos de mestrado e por 100% dos cursos de doutorado existentes nas outras universidades estaduais paranaenses. Em relação ao corpo docente das IES públicas estaduais do Paraná, as duas também mostram que em seus quadros há um maior número de professores com uma melhor qualificação, uma vez que 69,1% dos docentes com doutorado e 46,5% dos que têm mestrado estão nestas duas universidades estaduais.

**Tabela 1.** Graduação, Pós-Graduação e Docentes nas  
IEES Paranaenses, UEL e UEM, 2004.

Instituição	Graduação		Pós-Graduação				Docentes Efetivos				
			Mestrado		Doutorado						
	Nº de Cursos	Nº de mat.	Nº de Cursos	Nº de mat.	Nº de Cursos	Nº de mat.	G	E	M	D	Total
UEL	39	13.954	24	522	10	75	73	155	575	601	1.404
UEM	42	12.576	22	833	8	298	77	72	430	622	1.201
<b>Total das IEES-PR</b>	<b>255</b>	<b>72.255</b>	<b>58</b>	<b>1.836</b>	<b>18</b>	<b>373</b>	<b>342</b>	<b>979</b>	<b>2.159</b>	<b>1.771</b>	<b>5.251</b>

Fonte: Elaboração próprias com dados do INEP, 2005.

Obs: Nº de mat. – Número de matrículas; G – Graduação; E – Especialização; M – Mestrado; D – Doutorado.

Ambas universidades estaduais são financiadas pelo governo do Paraná, cujos recursos financeiros são direcionados principalmente para o pagamento dos salários dos professores, pesquisadores e funcionários técnico-administrativos das suas universidades. Os recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento são obtidos através da Fundação Araucária, esporadicamente de algumas secretarias estaduais, e de outros fundos, principalmente federais. Na realidade, os recursos públicos são obtidos por meio da participação em licitações ou em editais públicos, os quais são disponibilizados pelos órgãos financiadores.

Tanto a UEL quanto a UEM desempenham um importante papel no desenvolvimento da região norte do Paraná. As dificuldades de fazer com que as suas contribuições para o desenvolvimento regional sejam cada vez mais efetivas são significativas, variando desde as suas burocracias internas até as suas relutâncias em se tornarem mais abertas ao meio externo. Entretanto, passos concretos estão sendo dados para a superação dos obstáculos, não talvez na velocidade necessária e desejada.

### **3. Práticas e Metodologias Promissoras para o Fortalecimento da Capacidade de Construção Regional**

Apesar do vínculo das universidades com a região e do fato delas serem as mais importantes e pujantes universidades públicas estaduais, a estrutura voltada para a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) e a inovação pode ser considerada ainda incipiente na medida em que elas ainda estão distantes da realidade das melhores universidades brasileiras e, principalmente, estrangeiras. Embora essas restrições sejam uma realidade,

há um grande volume de conhecimento acumulado que não consegue chegar aos potenciais utilizadores.

Dentro deste contexto, algumas práticas ou metodologias parecem promissoras no sentido de que elas parecem estimular uma nova cultura voltada para o desenvolvimento regional e que está assentada na parceria entre universidade e setor produtivo. Embora ainda existam vários obstáculos a serem superados, é notório o esforço da UEL e da UEM em estreitar os laços com as empresas e, ao mesmo tempo, mostrar claramente para o meio que as cerca o que se faz e produz dentro da academia. As incubadoras tecnológicas, o Escritório de Negócios, por exemplo, são iniciativas dessas universidades para fomentar a cooperação com o mundo empresarial e os resultados, ainda que tímidos, começam a aparecer e, por conseguinte, a sinalizar que os canais de ligação entre universidade e setor produtivo podem e devem ser ampliados.

Um aspecto importante de ser salientado, e que está relacionado ao comentário acima, é a necessidade das universidades promoverem um melhor intercâmbio com a sociedade civil de modo que esta fique ciente não só da sua importância como do seu potencial de P&D em prol do desenvolvimento regional. Além da “conscientização” do meio que as cercam para o que é realizado no mundo acadêmico, é preciso também que as universidades tenham iniciativas para participar e acompanhar o que acontece no setor produtivo, sendo os parques tecnológicos um bom exemplo, uma vez que há a possibilidade de um maior entrelaçamento de acadêmicos com empresários.

Ambas as universidades têm um bom desempenho no que tange aos aspectos culturais. Neste sentido, vários tipos de cursos e eventos são oferecidos para toda a sociedade. Há a participação de integrantes da comunidade, de professores, de alunos e de técnico-administrativos da universidade tanto nos eventos quanto nos cursos, que costumam ter uma expressiva participação da sociedade.

#### **4. Sinergias Existentes e Conflitos de Interesse entre as Intenções e os Objetivos das Instituições e da Região**

Toda região almeja alcançar um elevado padrão econômico, social e cultural em que a sua população residente possa desfrutar de uma excelente qualidade de vida. Por sua vez, as universidades estão, de um modo geral, centradas em objetivos estritamente acadêmicos. Embora os propósitos de regiões e universidades sejam distintos, estas últimas certamente podem contribuir para a melhoria do patamar de vida de sua região através do que elas têm de melhor a oferecer: a qualidade dos profissionais que elas

formam, as pesquisas desenvolvidas em seus campi e a transferência dos seus resultados para a sociedade. Além disso, elas também podem fornecer ao meio que a cerca uma ampla variedade de atividades culturais, que acabam por fazer parte do calendário cultural promovido pela municipalidade.

As sinergias entre as intenções e os objetivos das universidades do Norte do Paraná e da região são visíveis. Entretanto, essas sinergias não são lineares, ou seja, há frequentemente dissonância entre as universidades, os governos e os demais atores regionais, na medida em que as primeiras se pautam basicamente por critérios acadêmicos, ao passo que os segundos são guiados por interesses políticos e os demais, em especial os vinculados às atividades econômicas, pautam-se pela lógica do mercado. Na realidade, as universidades dependem bastante de verbas estaduais e federais, o que vem a ser uma severa restrição para a uma atuação mais abrangente e independente na sua própria região. No entanto, se as sinergias são visíveis nos discursos, a sua *praxis* é muito difícil.

## **5. Os Incentivos para um maior Comprometimento das IES com a Região**

Um dos grandes problemas para o engajamento das IES na região é a falta de incentivos para essa prática. Na realidade, esse não é um problema restrito às universidades estaduais paranaenses na medida em que ele está presente na maioria das universidades públicas brasileiras. O quadro institucional vigente a partir da legislação e das instituições federais não traz incentivos às inserções regionais. As instituições nacionais de fomento têm como critério de seleção e concessão de bolsas e financiamentos a excelência acadêmica segundo padrões internacionais. O mesmo acontece com a maioria dos editais de concursos de propostas de pesquisa. Raramente eles contemplam a possibilidade de tratamento de questões regionais.

Dentro do Paraná, a legislação e as instituições também agem de forma semelhante. As pesquisas desenvolvidas na região são, em grande parte, financiadas pelo governo estadual, através da Fundação Araucária e da UGF (Unidade de Gestão Financeira), sendo ambas subordinadas à SETI. Esses recursos, além de escassos, são aplicados em função de uma diretriz política, que é temporária e que muitas vezes está divorciada dos reais interesses e necessidades da própria região. Os editais de convocação para propostas de pesquisa nem sempre trazem como prioridade o tratamento das questões especificamente regionais. Por outro lado, muitos órgãos públicos e instituições de

pesquisa do estado tendem a contratar consultores e instituições de pesquisa pertencentes a universidades de fora do estado. Ao adotarem essas políticas, as instituições também contribuem para o desincentivo ao estudo de questões regionais pelas universidades paranaenses e para a dificuldade da formação de *capacity building* no Paraná.

Os recursos estaduais destinados às universidades, por sua vez, estão relacionados a uma série de fatores específicos, tais como o número de alunos, de professores e pesquisadores, cursos oferecidos, etc., que não tem nada a ver com as questões regionais. De fato, não há qualquer tipo de incentivo para que professores e pesquisadores insiram ou adotem a temática regional em suas atividades acadêmicas, sendo importante destacar que as próprias universidades estaduais, especificamente a UEL e a UEM, não estimulam que seu staff incorpore esta prática.

## **6. Os Desafios Enfrentados pelos Diferentes Atores da Região**

O principal desafio a ser enfrentado pelo conjunto de diferentes atores regionais está na formação de um consenso a respeito dos problemas e do futuro da região. Embora existam os conselhos de desenvolvimento nas cidades de Londrina e Maringá, que funcionam com autonomia e relativamente sem grandes entraves, eles não estão suficientemente instrumentalizados para conceber um plano de desenvolvimento que atenda as necessidades da região e que esteja em sintonia com o próprio plano de desenvolvimento das universidades. Na realidade, as diferentes “percepções de mundo”, das universidades e do setor produtivo, são obstáculos reais que precisam ser vencidos para que todos ganhem, principalmente a região.

Um outro desafio, que está intrinsecamente relacionado ao anterior, é o das universidades assumirem o papel de liderança no processo de desenvolvimento regional, ainda que possa ser questionado se essa é uma tarefa da universidade, ela poderia ter pelo menos uma participação mais efetiva nesse processo. De fato, embora elas participem dos conselhos de desenvolvimento, dos institutos de tecnologia, das associações de municípios e de programas de desenvolvimento de suas regiões, o seu papel no processo de desenvolvimento regional ainda está muito aquém do que poderia ser. Obviamente que o excesso de burocracia e os impedimentos da legislação universitária são barreiras significativas, mas existe também uma certa comodidade

inerente ao universo acadêmico que torna a participação das universidades junto à sociedade mais difícil.

Desafios importantes também estão presentes na área de formação de profissionais. Embora as universidades estejam pautadas por valores universais na elaboração de currículos e na criação de cursos, elas não têm informações precisas sobre o que a região espera de seus alunos, qual o destino dos alunos formados, qual setor de atividades em que estão trabalhando e em que lugar estão residindo. Os cursos são criados e os currículos são reformulados sem que haja uma investigação profunda sobre a demanda que existe sobre esses conhecimentos. Também vinculado a esse desafio maior está a ampliação da oferta de formação contínua para os profissionais já formados. A disponibilização dos conhecimentos já acumulados nas universidades e o direcionamento de pesquisas para as necessidades regionais é, também, um grande desafio para as universidades. Talvez a maior dificuldade resida justamente na solução dos problemas de comunicação com os usuários. A grande questão a ser respondida é: como fazer chegar ao empresário típico da região os conhecimentos acumulados na universidade que podem aumentar a sua competitividade?

Finalmente, um desafio significativo a ser enfrentado tanto pelas universidades como pelas autoridades governamentais é a mudança da cultura interna em ambas as esferas, uma vez que a liberdade e o incentivo para que o corpo docente busque complementações salariais são aspectos relevantes. Um sistema que remunerasse os professores pelas tarefas efetivamente realizadas e os deixasse livres para buscar complementação salarial através de pesquisas, consultorias e cursos de curta duração ao invés de uma remuneração única, provavelmente traria maior interação com a região.

## **7. Considerações Finais**

O impacto das universidades sobre as regiões em que elas estão inseridas é sempre um processo inacabado de longo prazo. Assim sendo, a avaliação do impacto da UEL e da UEM sobre o Norte do Paraná não tem uma resposta definitiva. Ainda que na maioria dos seus aspectos eles apresentem sinais positivos, este é um processo sempre em elaboração. As políticas que estão sendo elaboradas e implementadas para a região têm como pressuposto fundamental a idéia de que a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação serão elementos-chave para o desenvolvimento regional. Os Parques

Tecnológicos são vistos como potenciais alavancas para a economia regional e essas iniciativas tem tido o suporte de todos os atores, principalmente as universidades.

Cabe aqui sublinhar que os conselhos e as agências municipais de desenvolvimento foram o fórum de discussão destas políticas, tendo as universidades um papel colaborativo e não de liderança, conforme foi destacado anteriormente. Embora o governo estadual, através da SETI e do TECPAR, esteja apoiando estas iniciativas, ele não as concebeu e, portanto, elas não fazem parte de uma deliberada estratégia governamental de desenvolvimento para a região. Os agentes líderes desse processo têm sido as autoridades e os atores locais. Na realidade, os Parques Tecnológicos podem não só contribuir para o desenvolvimento regional, como também servir para que as universidades e o setor produtivo possam estreitar os laços e superar os preconceitos existentes em ambos os lados no que se refere a um trabalho em conjunto.

Uma outra dimensão, nem sempre colocada como prioritária pelos formuladores de política, é a formação do capital humano regional. Segundo Lundvall (2002), a maior contribuição das universidades é a qualidade do profissional que elas disponibilizam para a comunidade. Assim sendo, aprofundar a percepção de quais são os conhecimentos e habilidades necessários para a região será fundamental para o aperfeiçoamento da formação propiciada pelas universidades. Também aqui, a explicitação dessas necessidades requer um esforço de todos os atores regionais.

Será muito difícil, face ao quadro atual, que as universidades assumam a liderança na formulação de um projeto de desenvolvimento para a região. Isso, como vem sendo salientado, está nas mãos das lideranças locais. As universidades têm participado do processo, mas as estratégias em elaboração precisam ser explícitas no que se espera concretamente das universidades como formadoras de capital humano da região e como produtoras e difusoras do conhecimento que irá favorecer o aumento da produtividade e, consequentemente, da competitividade do aparelho produtivo regional. Nunca é demais lembrar que os principais atores regionais – as universidades, as lideranças políticas, os produtores, demais atores- são regidos por lógicas diferentes. A construção de regiões é, no entender de Boisier (1992), uma arte difícil e está em sintonia com estas distintas lógicas para se construir um projeto concreto de desenvolvimento voltado para a região.



## 8. Referências

ATKINS, M.; DERSLEY, J. & TOMLIN, R. (1999). The Engagement of Universities in Regional Economic Regeneration and Development: a Case Study of Perspectives. *Higher Education Management* 11(1): 97-115.

BECKER, G. (1964). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Chicago: University of Chicago Press.

DENMAN, B. D. (2005). What is a University in the 21<sup>st</sup> Century?. *Higher Education Management and Policy* 17 (2): 1-20.

GODDARD, J. (1998). Managing University: Regional Interface. *Higher Education Management* 9 (3): 7-28.

GODDARD, J. (2005). Institutional Management and Engagement with the Knowledge Society. *Higher Education Management and Policy* 17 (2): 1-22.

HOLM-NIELSEN, L. B.; THORN, K.; BRUNNER, J. J. & BALÁN, J. (2005). "Regional and International Challenges to Higher Education in Latin America". In WIT, H. de; JARAMILLO, I. C.; GACEL-ÁVILA, J. & KNIGHT, J. (eds.). *Higher Education in Latin America: The International Dimension*. Washington, D. C.: The World Bank, p. 39-70.

MINCER, J. (1958). Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. *The Journal of Political Economy*, vol. LXVI, n. 4, pp. 281-302.

OECD (1999). *The Response of Higher Education Institutions to Regional Needs*. Paris: IMHE/OECD.

OECD (2007). *Higher Education and Regions: Globally Competitive, Locally Engaged*. Paris: IMHE/OECD.

OPTI (2005). *Setores Portadores de Futuro para o Estado do Paraná*. Curitiba: SENAI/FIEP.

ROLIM, C. F. C. (1996). "O Paraná Urbano e o Paraná do Agrobusiness: As Dificuldades para a Elaboração de um Projeto Político". *Revista Paranaense de Desenvolvimento* 6 (86), p. 49-100.

SCHULTZ, T. W. (1961). Investment in Human Capital. *American Economic Review* 51, p. 1-17.

SCHULTZ, T. W. (1963). *The Economic Value of Education*. New York: Columbia University Press.

SCHULTZ, T. W. (1971). *Investment in Human Capital: The Role of Education and Research*. New York: Free Press/Macmillan.

SMITH, A. (1981). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Indianapolis, Indiana: Liberty Fund.